



Boletim de Legislação



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 392 – 13 de janeiro de 2016

Abrangência: 12/12/2015 a 08/01/2016

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 8.614	DOU; 23/12/2105	Regulamenta a Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006, para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas.	Dec. 8.614 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 8.615	DOU; 24/12/2105	Concede indulto natalino e comutação de penas e dá outras providências.	Dec. 8.615 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.228	DOU; 29/12/2015	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer causa de aumento de pena para o caso de estelionato cometido contra idoso.	Lei 13.228 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.235	DOU; 30/12/2015	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para equiparar o controle de qualidade de medicamentos similares ao de medicamentos genéricos.	Lei 13.235 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.239	DOU; 31/12/2015	Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.	Lei 13.239 (Site da Presidência da República)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 703	DOU; 21/12/2015	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência.	Med. Prov. 703 (Site da Presidência da República)
---------------------------------	--------------------	--	--

ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA DE PRAZO Nº 259	DJE/STF; 18/12/2015	Comunica que não haverá expediente na Secretaria do Tribunal, no período de 20 de dezembro de 2015 a 6 de janeiro de 2016.	Port. 259 (Site do STF)

ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 1.141, da Diretoria Geral do STJ	DJE/STJ; 16/12/2015	Comunica que os prazos processuais ficarão suspensos durante recesso forense de 20.15.2015 a 31.01.2016.	Port. 1.141 (Site do STJ)
SÚMULA Nº 553	DJE/STJ; 15/12/2015	Nos casos de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, é competente a Justiça estadual para o julgamento de demanda proposta exclusivamente contra a Eletrobrás. Requerida a intervenção da União no feito após a prolação de sentença pelo juízo estadual, os autos devem ser remetidos ao Tribunal Regional Federal competente para o julgamento da apelação se deferida a intervenção.	Súmula 553 (Site do STJ)
SÚMULA Nº 554	DJE/STJ; 15/12/2015	Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange não apenas os tributos devidos pela sucedida, mas também as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.	Súmula 554 (Site do STJ)
SÚMULA Nº 555	DJE/STJ; 15/12/2015	Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.	Súmula 555 (Site do STJ)

SÚMULA Nº 556	DJE/STJ; 15/12/2015	É indevida a incidência de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria pago por entidade de previdência privada e em relação ao resgate de contribuições recolhidas para referidas entidades patrocinadoras no período de 1º/1/1989 a 31/12/1995, em razão da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei n. 7.713/1988, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei n. 9.250/1995.	Súmula 556 (Site do STJ)
SÚMULA Nº 557	DJE/STJ; 15/12/2015	A renda mensal inicial (RMI) alusiva ao benefício de aposentadoria por invalidez precedido de auxílio-doença será apurada na forma do art. 36, § 7º, do Decreto n. 3.048/1999, observando-se, porém, os critérios previstos no art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/1991, quando intercalados períodos de afastamento e de atividade laboral.	Súmula 557 (Site do STJ)
SÚMULA Nº 558	DJE/STJ; 15/12/2015	Em ações de execução fiscal, a petição inicial não pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada.	Súmula 558 (Site do STJ)
SÚMULA Nº 559	DJE/STJ; 15/12/2015	Em ações de execução fiscal, é desnecessária a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito, por tratar-se de requisito não previsto no art. 6º da Lei n. 6.830/1980.	Súmula 559 (Site do STJ)
SÚMULA Nº 560	DJE/STJ; 15/12/2015	A decretação da indisponibilidade de bens e direitos, na forma do art. 185-A do CTN, pressupõe o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis, o qual fica caracterizado quando infrutíferos o pedido de constrição sobre ativos financeiros e a expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, ao Denatran ou Detran.	Súmula 560 (Site do STJ)
SÚMULA Nº 561	DJE/STJ; 15/12/2015	Os Conselhos Regionais de Farmácia possuem atribuição para fiscalizar e autuar as farmácias e drogarias quanto ao cumprimento da exigência de manter profissional legalmente habilitado (farmacêutico) durante todo o período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos.	Súmula 561 (Site do STJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 21.942	Minas Gerais; 24/12/2015	Fixa o subsídio mensal dos membros do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências.	Lei 21.942 (Site da ALMG)

LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 16.166	DOM; 12/12/2015 (<i>Republicação</i>)	Dispõe sobre a adequação da frota do serviço de transporte individual de passageiros e autoriza a instauração de procedimento licitatório para a delegação de Permissões do Serviço de Transporte por Táxi no Município de Belo Horizonte a Pessoas Jurídicas e dá outras providências.	Dec. 16.166 (Site da PBH)
DECRETO Nº 16.182	DOM; 23/12/2015	Declara em Situação de Emergência o Município de Belo Horizonte em razão da infestação pelo mosquito Aedes Aegypti, e dá outras providências.	Dec. 16.182 (Site da PBH)
DECRETO Nº 16.195	DOM; 08/01/2016	Regulamenta a Lei nº 10.309/2011 que estabelece normas para coibir a atividade econômica que consiste no transporte clandestino ou irregular de passageiros no Município.	Dec. 16.195 (Site da PBH)
LEI Nº 10.887	DOM; 17/12/2015	Cria, no âmbito da Administração Pública Municipal, o Programa de Realocação de Atividade Comercial e o Programa Auxílio Comércio, altera a Lei nº 6.326/93 e dá outras providências.	Lei 10.887 (Site da PBH)
LEI Nº 10.893	DOM; 24/12/2015	Altera a Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, e dá outras providências.	Lei 10.893 (Site da PBH)
LEI Nº 10.899	DOM; 08/01/2016	Altera os arts. 149 e 150 da Lei nº 8.616/03, que “Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte”.	Lei 10.899 (Site da PBH)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 3.263	DJE; 16/12/2015	Constitui Comissão Examinadora do Concurso Público, de Provas e Títulos, para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Minas Gerais.	Port. 3.263 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 3.264	DJE; 16/12/2015	Designa Desembargadora Coordenadora e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Ambientais de Grande Repercussão Social - CEJUS AMBIENTAL.	Port. 3.264 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.265	DJE; 17/12/2015	Dispensa e convoca Juiz de Direito para exercer substituição no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 3.265 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.266	DJE; 17/12/2015	Altera o Anexo I da Portaria Conjunta da Presidência nº 139, de 7 de abril de 2009, que estabelece a numeração dos cargos de Juiz de Direito do Sistema dos Juizados Especiais e sua vinculação às unidades jurisdicionais das comarcas do Estado de Minas Gerais.	Port. 3.266 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.267	DJE; 17/12/2015	Designa servidores para integrarem a Comissão de Recebimento de Material da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 3.267 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.268	DJE; 17/12/2015	Designa servidores para integrarem a Comissão de Levantamento dos Bens Permanentes em Desuso e/ou Material de Consumo Inservível, passíveis de alienação.	Port. 3.268 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.269	DJE; 17/12/2015	Altera a composição da Comissão Examinadora do Concurso Público, de Provas e Títulos, para a Outorga de Delegações de Tabelionatos e Registros do Estado de Minas Gerais.	Port. 3.269 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.270	DJE; 17/12/2015	Exclui a lotação de cargo de Assessor de Juiz e fixa a lotação de Função de Confiança de Assessoramento de Juiz de Direito, na comarca que especifica, e altera a Portaria da Presidência nº 2.952, de 22 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a lotação de cargos de Assessor de Juiz no Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 3.270 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.271	DJE; 07/01/2016	Designa servidores para integrarem a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 3.271 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.272	DJE; 07/01/2016	Designa servidores para exercerem função de pregoeiro e para integrarem as equipes de apoio dos pregões, no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça.	Port. 3.272 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 475	DJE; 16/12/2015	Altera o art. 13 da Portaria Conjunta da Presidência nº 460, de 25 de novembro de 2015, que dispõe sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça e da Justiça de primeiro grau do Estado de Minas Gerais no período de 20 de dezembro de 2015 a 20 de janeiro de 2016.	Port. Conj. 475 (Site do TJMG)

PORTARIA CONJUNTA Nº 476	DJE; 17/12/2015	Dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - PLS/TJMG.	Port. Conj. 476 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 477	DJE; 18/12/2015	Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Portaria Conjunta da Presidência nº 411, de 20 de maio de 2015, que “regulamenta o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, no âmbito da Justiça comum de primeira instância do Estado de Minas Gerais”.	Port. Conj. 477 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 811	DJE; 16/12/2015	Altera a competência de Varas, bem como a lotação de cargos, na Comarca de Belo Horizonte e dá outras providências.	Res. 811 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 66	DJE; 18/12/2015	Avisa sobre a validade, o pagamento e a utilização das Guias de Recolhimento de Custas e Taxa Judiciária - GRCTJ's emitidas no ano de 2015.	Aviso 66 (Site do TJMG)
AVISO Nº 67	DJE; 16/12/2015	Avisa que fica sem efeito a Recomendação da Corregedoria-Geral de Justiça nº 16, de 3 de julho de 2012.	Aviso 67 (Site do TJMG)
AVISO Nº 68	DJE; 16/12/2015	Avisa sobre a disponibilização de arquivo contendo informações sobre o padrão de desempenho, de produtividade e de presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de dezembro 2014 a novembro de 2015.	Aviso 68 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.070 (EXTRATO)	DJE; 14/12/2015	Instaura Sindicância Administrativa.	Port. 4.070 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.071	DJE; 17/12/2015	Designa Juiz de Direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Montes Claros.	Port. 4.071 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.072 (EXTRATO)	DJE; 17/12/2015	Instaura Processo Administrativo Disciplinar.	Port. 4.072 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.073 (EXTRATO)	DJE; 17/12/2015	Instaura Sindicância Administrativa.	Port. 4.073 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.074 (EXTRATO)	DJE; 17/12/2015	Instaura Sindicância Administrativa.	Port. 4.074 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.076 (EXTRATO)	DJE; 17/12/2015	Instaura Processo Administrativo Disciplinar.	Port. 4.076 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.077	DJE; 17/12/2015	Atualiza, para o exercício de 2016, as tabelas que integram o Anexo da Lei estadual nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004.	Port. 4.077 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 4.078	DJE; 17/12/2015	Prorroga o prazo concedido pela Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 3.900, de 17 de agosto de 2015, que institui grupo de trabalho para elaborar estudos e para apresentar sugestões visando tornar mais célere e eficiente o trabalho da Central de Perícias Médicas da Comarca de Belo Horizonte - CEMED.	Port. 4.078 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.079	DJE; 18/12/2015	Designa Juiz de Direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Pouso Alegre.	Port. 4.079 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.080	DJE; 18/12/2015	Instaura Processo Administrativo Disciplinar.	Port. 4.080 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.081	DJE; 18/12/2015	Instaura Sindicância Administrativa.	Port. 4.081 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.082	DJE; 18/12/2015	Instaura Sindicância Administrativa.	Port. 4.082 (Site do TJMG)
PROVIMENTO Nº 314	DJE; 14/12/2015	Altera a redação do inciso VI do art. 171 do Provimento nº 260, de 18 de outubro de 2013, que codifica os atos normativos da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais relativos aos serviços notariais e de registro.	Prov. 314 (Site do TJMG)
PROVIMENTO CONJUNTO Nº 51	DJE; 18/12/2015	Atualiza os valores das tabelas constantes dos Anexos I e II do Provimento Conjunto da Corregedoria-Geral de Justiça nº 15, de 26 de abril de 2010, que “dispõe sobre o recolhimento das custas judiciais, da Taxa Judiciária, da fiança, das despesas processuais e de outros valores devidos no âmbito da Justiça Estadual de primeiro e segundo grau e dá outras providências”.	Prov. Conj. 51 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.